

**ARMANDA ÁLVARO ALBERTO:
UMA EDUCADORA E FEMINISTA
BRASILEIRA - A LACUNA
INACEITÁVEL DA HISTÓRIA***

Selma Regina Gomes**

<http://dx.doi.org/0.18224/educ.v22i2.8114>



Muitos já têm conhecimento de que Armanda Álvaro Alberto foi uma pioneira em diversas áreas. Além de educadora era feminista, pensadora e uma mulher de ação. Uma mulher que reunia pessoas influentes na construção de seu projeto de educação e de país”.

Resumo: *este artigo apresenta resultados de uma pesquisa inserida no projeto mais amplo intitulado História Intelectual dos Signatários do Manifesto da Educação Nova. Aborda alguns aspectos da história da intelectual Armanda Álvaro Alberto, signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O objetivo é destacar sua contribuição ao pensamento educacional brasileiro, evidenciando o contexto das relações sociais, institucionais e intelectuais em que emergiu seu projeto de escola. Tem como suporte teórico as proposições sobre a prática da história intelectual de Vieira (2015) e fundamenta-se no contextualismo linguístico como orientação metodológica para a apreensão do contexto e das ideias da intelectual em questão. Os resultados mostram que embora tenha tido prestígio e exercido poder no contexto da história da educação brasileira, esta educadora não obteve um lugar de destaque.*

Palavras-chave: *História dos Intelectuais. Armanda Álvaro Alberto. Pensamento Educacional.*

* Recebido em: 20.01.2020. Aprovado em: 03.03.2020.

** Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2019). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Inhumas. Professora na Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Grupo de Estudos e Pesquisa Pensamento Educacional Brasileiro. E-mail: psicoreg@gmail.com.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação conferia à educação grande importância, descaso que “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação” (AZEVEDO *et al.*, 2006, p. 188). Para Brito (2006, p. 35) esse Manifesto “é uma síntese do pensamento social brasileiro, (...) uma reflexão rigorosa da situação política, econômica, cultural e educacional do País, além de indicar caminhos para as transformações profundas que o Brasil necessitava para se afirmar como nação”.

Alguns nomes são amplamente reconhecidos nos estudos a respeito do pensamento educacional brasileiro daquele momento histórico da educação brasileira, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira que aparecem nas diversas pesquisas que retratam o programa educacional contido no Manifesto de 1932. É amplamente reconhecida a relevância da atuação destes dois intelectuais no movimento de renovação da educação. Entretanto, outros deram contribuição valorosa a este projeto mas ficaram nos bastidores da história, como é o caso de Armanda Álvaro Alberto, cuja trajetória carece ser melhor conhecida como parte do devido reconhecimento a suas contribuições.

Assim, este artigo tem como objetivo evidenciar alguns aspectos da trajetória de Armanda Álvaro Alberto uma das três mulheres signatárias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que se destacou por ações voltadas para a melhoria da educação e da saúde da população pobre de Duque de Caxias na década de 1930. Sua relação com pessoas influentes da elite brasileira e a determinação com que encampou o projeto da Escola Regional de Meriti facilitou sua inserção política e educacional na sociedade.

As pesquisas sobre esta educadora são ainda incipientes dada sua contribuição à educação brasileira. Moraes (2013) destacou a trajetória de Armanda Álvaro Alberto conferindo a ela o destaque por seu projeto inovador no campo educacional brasileiro e analisando sua relação com os “embates ideológicos do período e sua coerência em acreditar em uma sociedade com uma educação que atendesse as camadas populares”. Seu engajamento, em parceria com Cecília Meireles, com questões ligadas às Bibliotecas Públicas, projetos de leitura, formação de acervos literários, são destacados por Martins (2014) não está nas referências, precisa acrescentar. Galvão (2016) não está nas referências, precisa acrescentar apresentou o resultado de uma pesquisa resgata a trajetória de algumas feministas brasileiras na década de 1920, enfatizando a luta pelo voto feminino e pela educação escolar e citando Armanda Álvaro Alberto como uma mulher

engajada na luta feminista. Neste artigo pretende-se pontuar a atuação desta educadora no campo educacional, enfatizando as relações sociais e políticas que fez de Armanda uma personalidade digna de reconhecimento, pelo que fez pela população pobre, pelas famílias de Duque de Caxias e pela valorização das mulheres.

As fontes utilizadas envolveram bibliografias e vídeos disponibilizados por meio digital e impresso. O contextualismo linguístico como base de orientação metodológica permitiu traçar a trajetória de Armanda Álvaro Alberto considerando o tempo de sua vida intelectual, o contexto original de suas ideias, as especificidades da realidade que esta educadora estava vivenciando quando se propôs a encampar uma luta pela melhoria da qualidade da educação e da vida da população brasileira. O suporte teórico nas proposições, a respeito da prática da história intelectual, de Vieira (2015) foi utilizado para a compreensão do que vem a ser um intelectual, pois segundo este autor, “não basta ser sábio e erudito para ser identificado como intelectual, pois o intelectual é aquele que mobiliza o seu prestígio como especialista em favor de causas públicas, muitas delas completamente distantes das suas especificidades”.

O artigo inicia-se apresentando uma rápida noção da trajetória pessoal e acadêmica de Armanda Álvaro Alberto e em seguida aborda sua rede de relacionamentos, enfatizando sua participação junto à União Feminina do Brasil, à Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, à Associação Brasileira de Educação e à Escola Regional de Meriti.

OS PRIMEIROS PASSOS DA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Armanda Álvaro Alberto, ao lado de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles, entre outros, defendia a escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, tendo se destacado pela autoria de um projeto educacional inovador, levado a cabo pela criação da Escola Proletária de Meriti em 13 de fevereiro de 1921, que veio posteriormente a ser denominada Escola Regional de Meriti, e na atualidade leva o nome de Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto localizada no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Mignot (2010), pesquisadora e biógrafa de Armanda, apesar de esta educadora ter atuado em um dos movimentos educacionais mais estudados pelos historiadores, o movimento da Escola Nova, a produção historiográfica, não deu a ela um lugar de destaque. Armanda já atuava intensamente em prol da educação brasileira antes de assinar

o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, chamando a atenção da sociedade para a tarefa de, por meio da educação, ofertar à população do interior melhores condições de saúde, educação e cultura; apostando na educação como promotora do desenvolvimento social e cultural; participando de conferências com objetivo de disseminar educação como missão da sociedade; criando junto à Escola Regional de Meriti uma biblioteca e um museu escolar direcionados à população local; fazendo parte da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, participando da Fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), entidade da qual era presidente à época da assinatura do Manifesto Pioneiro da Educação Nova; integrando o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil; presidindo a Seção de Cooperação da Família da ABE, cuja finalidade era reunir a comunidade e envolvê-la na tarefa educativa; liderando o Memorial aos Editores Brasileiros, no qual foram estabelecidas as condições necessárias para tornar aceitável o livro para crianças; participando de movimentos de reivindicação aos direitos das mulheres, como o I Congresso Internacional Feminista, em 1931, além de outras atividades de cunho reivindicatório em torno dos direitos das crianças e das mulheres, principalmente aquelas pertencentes às camadas populares.

Oriunda de uma família tradicional do Rio de Janeiro, Armanda estudou em casa sob a orientação de sua mãe e de alguns professores particulares tendo o pai como seu maior incentivador intelectual. Álvaro Alberto da Silva que era médico sanitarista, cientista, estudioso, químico, viveu na Europa em dois períodos (LAZARONI, 2010). No primeiro, em 1889, quando Armanda ainda não havia nascido, recebeu ajuda de custo do governo brasileiro para a manutenção da família em Paris, com responsabilidade de representar o Brasil no Congresso Terapêutico de Paris. Ainda neste período, foi professor convidado na Universidade de Sorbonne. Seu objetivo era aperfeiçoar seus conhecimentos sobre febre amarela, doença que atingia níveis alarmantes de mortalidade no Rio de Janeiro. No segundo período, em 1901, Armanda com 9 anos, a família partiu para Europa, desta vez foram para Bélgica e Itália. O objetivo era praticamente o mesmo, aperfeiçoamento dos estudos do cientista brasileiro e apresentação de uma de suas teses sobre explosivos no curso de medicina da Universidade de Roma, tema ao qual Álvaro Alberto da Silva se dedicara a estudar em função de suas experiências médico-químicas, por meio das quais realizou experiências e desenvolveu estudos sobre explosivos e confeccionou diversas pólvoras que chegou a oferecer ao governo (LAZARONI, 2010).

Na Itália, foram apresentados a Maria Montessori (Ibid., 2010), a médica e educadora italiana, responsável por um método de ensino na educação infantil, considerado revolucionário, por colocar o aluno no centro do processo de ensino e aprendizagem e defender a formação integral do jovem e o respeito às necessidades e aos interesses de cada estudante com base no nível de desenvolvimento correspondente à faixa etária. Conforme relata Lazaroni (2010), Armanda esteve literalmente em contato com o método:

Por mais de um ano, Mandinha manteve contato com a educação através de brinquedos educativos (corpos sólidos de tamanho e formas variadas), objetivando o aperfeiçoamento dos sentidos; pedaços de tecidos coloridos destinavam-se à educação de percepção visual; os exercícios rítmicos desenvolviam a audição e o controle motor; quanto aos professores deviam vigiar e orientar os alunos (LAZARONI, 2010, p. 39).

No ano de 1912, já no Brasil, Armanda entra para o curso Normal na Escola Jacobina, dirigida por Laura Jacobina Lacombe, educadora católica, que se envolveu em causas educacionais, assumindo, como profissional, concepções pedagógicas em circulação na Europa e Estados Unidos, como as de Decroly, um dos precursores dos métodos ativos e defensores de uma escola centrada no aluno, de preparação para a vida em sociedade. No projeto pedagógico da escola, Laura incorporou a essas concepções os conteúdos do movimento da Escola Nova e as concepções católicas, experiência que foi vivenciada por Armanda, primeiro como aluna e depois como profissional.

Segundo Mignot (2010), Armanda dialogava com o momento histórico mundial da educação. Foi um período em que se vivenciavam os abalos provocados pela Primeira Guerra Mundial, cujos efeitos foram desastrosos para a economia dos países envolvidos, como o Brasil, e buscava-se na Educação, novas possibilidades para a reconstrução do país. A Educação Nova, contrária às características tradicionalista e intelectualista da educação, buscava imprimir um sentido mais vivo e ativo às práticas pedagógicas, defendendo a escola pública para todos, como principal bandeira para se corrigir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento do país. No Brasil, vivenciava-se os conflitos gerados pela instalação da República, as revoltas contra as normas arbitrárias do Estado, sendo que em uma delas, Armanda sentiu na pele as consequências dos desmandos dos governantes, que foi a revolta da chibata (LAZARONI, 2010), na qual seu irmão, Álvaro Alberto de Mota e Silva, primeiro-tenente da Marinha, foi ferido pelos revoltosos que ocuparam o navio

“Minas Gerais” em que ele estava de serviço. Tratou-se de um movimento em que trabalhadores da marinha, na cidade do Rio de Janeiro (1910), em sua maior parte composta por mulatos e negros, se revoltaram contra as normas estabelecidas, legalmente, que previam castigos físicos para as faltas cometidas no trabalho.

Os intelectuais brasileiros, influenciados pelas ideias de Dewey e sob o impacto de transformações econômicas, políticas e sociais, com a ampliação do pensamento liberal no Brasil, iniciaram um movimento de renovação do ensino visando à formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de refletir sobre a sociedade e de inserirem-se de forma participativa e consciente nesta sociedade. A Educação, era vista por eles como o elemento necessário e verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática.

Mignot (2010) descreve Armanda como pensadora de renome, mas principalmente mulher de ação, que estabelecia mundialmente interlocução com educadores como Dewey (Estados Unidos da América), Maria Montessori (Itália), Freinet (França), Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho (Brasil) e que operacionalizou na prática pedagógica da Escola Regional de Meriti, o pensamento da Escola Nova.

Rede de Relacionamentos

Já muito cedo, Armanda se posicionava contra as injustiças e fazia leituras de intelectuais estrangeiros que defendiam a educação como instrumento necessário e alavancador do progresso da humanidade. Leitora e admiradora de Pestalozzi, antecessor de Maria Montessori e Dewey, assumiu, deste pensador, a ideia de que o afeto é fundamental para o exercício da pedagogia. Este princípio a acompanhou durante todo o trajeto como educadora e administradora da escola por ela fundada, a Escola Regional de Meriti.

Suas ações na luta pela educação e saúde a levaram a participar de diversos movimentos e ocupar posições de destaque em associações e comissões de discussão sobre assuntos referentes ao processo de ensino e aprendizagem. Também ocupou posições em entidades cujo objetivo era reivindicar os direitos das mulheres e lutar pela melhoria das condições de vida da população brasileira, exigindo medidas de higiene e saúde como condição para o progresso da nação. Algumas dessas participações são abordadas nos tópicos seguintes.

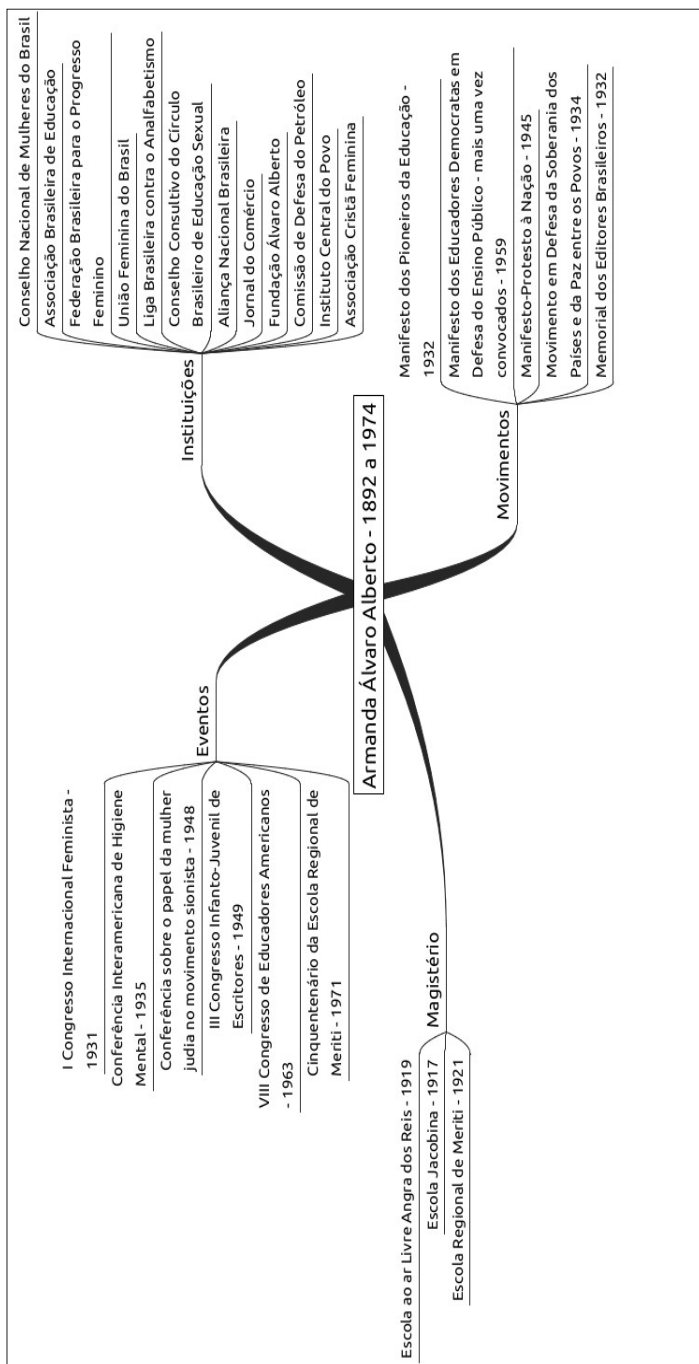


Figura 1: Rede de relacionamentos de Armanda Álvaro Alberto
 Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

A União Feminina do Brasil

A uma época em que as mulheres eram consideradas, aos olhos de uma sociedade masculina e autoritária, como desprotegidas e emocionalmente vulneráveis, Armanda se posicionou ativamente no combate à esta situação, propondo a emancipação da mulher, principalmente da mulher operária. Armanda emerge de suas reminiscências como uma das mulheres que ingressou na cena política num momento de radicalização ideológica, exercendo a cidadania, experimentando o medo e a violência (MIGNOT, 2010).

Armanda foi a primeira presidente da União Feminina do Brasil, criada em 1935, cuja bandeira de luta visava os direitos econômicos, sociais e civis da mulher. Com ela, estavam mulheres como Maria Werneck de Castro, Ester Xavier, Catarina Laudsberg, Eugênia Álvaro Moreira, Mary Mércio e Norma Mormy. Com a União Feminina do Brasil, Armanda viu seu ideal de intensificação da ação política das mulheres ser concretizado e, cabe dizer que não era a primeira participação desta educadora em um movimento com tal objetivo, na década de 1920 ela já compunha o quadro de mulheres protestantes da Associação Cristã Feminina, além da Federação Brasileira para o Progresso Feminino e do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (LAZARONI, 2010).

Em função de estar à frente da União Feminina do Brasil e manter relações bem próximas com a Aliança Nacional Libertadora, foi alvo de denúncias, acusada e presa sob a alegação de fazer propaganda comunista e alianças com movimentos que defendiam os ideais socialistas no Brasil. Segundo Mignot (2010, p. 37):

Difícilmente Armanda Álvaro Alberto imaginaria que a presidência da União Feminina do Brasil, criada, em meio à efervescência política de 1935, visando defender os interesses das mulheres brasileiras e romper com a discriminação que se expressava na legislação que mantinha a mulher em situação humilhante, tivesse tão graves consequências.

Vários homens e mulheres foram presos em função dos levantes que aconteceram no ano de 1935, sob a alegação de conspirarem contra o governo de Getúlio Vargas. A Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada por Luís Carlos Prestes, era composta por comunistas, socialistas, líderes sindicais e liberais que um dia fizeram parte do governo, apresen-

tou naquele ano um documento, requerendo a renúncia do governador, o que rendeu a determinação de ilegalidade da mesma. Várias revoltas ocorreram (Natal, Recife, Rio de Janeiro), entretanto, as tropas oficiais as combateram e as finalizaram rapidamente. Segundo Mignot (2010), em meio a esta efervescência e clima de insatisfação, se deu a organização da União Feminina do Brasil.

As reivindicações da União Feminina do Brasil, versavam também contra a:

[...] supressão da liberdade de pensamento, a prisão e a deportação de cientistas, as intenções políticas de teorias que procuravam comprovar a inferioridade das raças, a queima de livros e o fechamento de laboratórios, que justificavam as guerras e a opressão contra os povos (MIGNOT, 2010, p. 40).

Em virtude do momento político de repressão, esta entidade não pode levar adiante seus projetos e foi fechada em junho do mesmo ano em que foi criada e suas organizadoras foram presas, mesmo alegando não terem envolvimento com o movimento de insurreição que se formou naquele ano. Armanda foi presa em 1936 e liberada em junho de 1937, julgada e absolvida em julho do mesmo ano.

Segundo Lazoni (2010), empenhadas em combater as desigualdades sociais, a fome e a miséria, eliminar o analfabetismo e a ignorância, dar visibilidade à participação feminina nas decisões políticas do país, as mulheres que criaram a União Feminina do Brasil, mantinham contato e participação na Aliança Nacional Libertadora, mas estavam insatisfeitas com as posições (apenas administrativas) que ocupavam na ANL. Portanto, resolveram criar um espaço dentro da ANL que representasse mais que o simples papel de espectador e que colocasse em evidência discussões sobre a participação da mulher em sociedade, que para elas não seria apenas relacionado aos afazeres domésticos, mas atuando de igual para igual ao lado dos homens. Armanda foi a primeira presidente da União Feminina do Brasil.

Liga Brasileira Contra o Analfabetismo

A educadora aqui retratada, desde os primeiros momentos de sua vida profissional se preocupou com a situação educacional da população brasileira, atuando no Rio de Janeiro e se dedicando a ensinar crianças e

adolescentes, acreditando que ao saírem de sua condição de analfabetos poderiam participar junto à comunidade no sentido de melhorar as condições de vida de todos.

No ano de 1919, acompanhando o irmão que se mudara para Angra dos Reis, começou a ensinar crianças pobres da região, filhos de pescadores, em uma sala de aula improvisada ao ar livre, utilizando os recursos locais como material de ensino. Este início de trabalho como educadora reforçou sua ideia de que a escola regionalizada traria mais benefícios à comunidade e, apesar de não ter durado muito tempo, serviu a Armanda como experiência e reforçou a compreensão do papel da escola e da mulher na tarefa de educar os menos afortunados. De volta ao Rio, se ambienta ao clima propício à participação das mulheres na vida social e política do Estado. É neste período que começam suas atividades junto à Liga Brasileira contra o Analfabetismo, defendendo as ideias de intelectuais que viam a necessidade de promover mudanças no âmbito da educação e saúde em prol da construção da nação e denunciando o analfabetismo como um dos maiores problemas brasileiros.

A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, foi uma instituição criada no ano de 1915 e atuou junto à população e poder público no sentido de eliminar este que consideravam o mal da sociedade, o analfabetismo. Tinha como objetivo:

reverter o abandono em que se encontrava a educação brasileira, reuniu em torno desta bandeira homens e mulheres que compartilhavam do entusiasmo pela educação e, em particular, acreditavam que somente pela alfabetização, se poderia reverter o atraso do país (MIGNOT, 2010, p. 28).

Tratava-se, na compreensão dos membros da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, de uma missão cívica que culminaria com a formação intelectual do povo brasileiro, e conseqüentemente com a manutenção da ordem e do progresso almejados. Armanda se engajou nesta luta e, no ano de 1923, assumiu a vice-presidência desta instituição, que seria uma das colaboradoras do projeto da Escola Regional de Meriti, criada em 1921.

Associação Brasileira de Educação (ABE)

A Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 16 de outubro de 1924, representando um espaço de discussão e sugestão para

elaboração de políticas educacionais no Brasil. Composta por educadores e pessoas com interesse em melhorias na educação brasileira, promovia encontros, conferências nos quais se discutiam temas específicos da educação nos vários níveis.

No site da ABE (2007, n. p.), um texto apresenta a Associação da seguinte maneira

A ABE surge na década de 20, um período da história cheio de grandes e graves apreensões, reunindo personalidades ilustres e cultas, com o propósito de avaliar suas responsabilidades e deveres em relação aos grandes problemas nacionais. O sentimento comum ao grupo era a recusa da apatia, indiferença e inércia diante dos fatos que estavam ocorrendo, contrários aos legítimos direitos da pessoa humana e pondo em perigo o ideal de uma vida democrática, aspiração de nosso povo ao longo de sua evolução histórica. Foi com esse propósito idealista e de esperanças expectativas que se formou, em torno do Professor HEITOR LYRA DA SILVA, um numeroso grupo de intelectuais e profissionais do ensino, inicialmente com predominância de engenheiros vinculados à Escola Politécnica e ao então existente Instituto Politécnico de Engenharia. [...] O contingente feminino, igualmente expressivo, se fazia representar por ISABEL LACOMBE, ARMANDA ÁLVARO ALBERTO, ALICE CARVALHO DE MENDONÇA, BRANCA FIALHO, BERTHA LUTZ, JERÔNIMA MESQUITA e muitas outras professoras, mães de família, cientistas, que emprestaram valiosa colaboração à iniciativa.

No ano de 1932, durante uma conferência, foi assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em defesa da democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. Armanda e Afrânio Peixoto assumiam juntos, na época, a presidência da ABE. O respeito conferido a Armanda como educadora e criadora de um projeto de escola ativa, que traduzia na prática os ideais dos intelectuais da época, conferiu a ela uma participação ativa junto à ABE, principalmente junto à Seção de Cooperação da Família, por meio da qual pode difundir suas ideias sobre o poder da educação na construção do futuro das crianças.

Segundo Lazaroni (2010), Armanda se associou à ABE, em função de sua militância pela melhoria das condições intelectuais do povo brasileiro, enaltecendo a importância da participação ativa nos debates e nas decisões políticas e econômicas e por acreditar na formação de uma consciência nacional que pudesse erradicar as desigualdades sociais. Ela e seu marido, Edgar Sussekind, compuseram o quadro de professores, normalistas, jornalistas, médicos, advogados e engenheiros, que influen-

ciados pelo movimento europeu “Liga Internacional pela Educação Nova” e pelo pensamento de Comte, Durkheim e Dewey, tinham posições bem claras com relação ao papel da ABE, defendendo a educação como único caminho para a ordem e o progresso do país.

Ao assinar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Armanda via seu ideal de educação regionalizada, pública e de responsabilidade do Estado, aberta para todos e com qualidade, próximo da concretização. A experiência com a Escola Regional de Meriti, dava à educadora a certeza de ter sido uma tentativa pedagógica de sucesso apesar das dificuldades enfrentadas, que poderia, quiçá, ser ampliada para todas as escolas brasileiras, como ela mesma afirma no livro “A Escola Regional de Meriti”:

Porventura, das coisas pretendidas pelo plano inicial da escola mais lentas de chegar era a sua máxima aspiração: o ser reproduzida nas diversas regiões do país. Naquele tempo não tínhamos ainda a experiência do México, por exemplo, hoje tão conhecida, mas os princípios da Escola Regional, mesmo para quem não tivesse a par da literatura pedagógica, já se impunham aos que encarassem objetivamente, sem parti pris, as questões da educação entre nós, aí por esse Brasil afora. Ora, convencida de que a experiência começada em Meriti podia ser feita noutros lugares, desde logo confessamos aquela aspiração. A nosso ver, então como hoje, a escola regionalizada é a única que resolverá o nosso problema de quantidade porque pode funcionar em qualquer casada roça, em galpões de sapê, com uma professora para numerosos alunos, utilizando-se do material grátis, arrecadado na redondeza, interessando no seu desenvolvimento toda a vizinhança que nela não verá mais a inimiga que desvia os meninos e as meninas de suas tarefas utilitárias, mas, ao contrário disso, um centro de ensinamentos para a vida real cá de fora, onde até eles, os adultos, às vezes vão em busca de um esclarecimento, de um socorro. Só duas coisas são imprescindíveis para essa escola existir de verdade: a professora preparada para o seu mister e a cooperação da Saúde Pública. Pois bem, passados tantos anos de espera, parece que as escolas regionais serão tentadas. Depois de visitar a escola de Meriti, de ver a pobreza do material de que dispõe e o realismo de sua orientação pedagógica, a Sociedade Nacional de Agricultura resolveu promover um curso, confiado a vários especialistas, para professoras estaduais, sendo a parte da pedagogia confiada à escola. Foi-me informado que nove estados

vão enviar duas professoras cada um. Que surjam breve essas escolas regionais, algumas decerto em condições de prosperar muito mais que a de Meriti, situadas em localidades de população mais homogênea ou mais apta a contribuir diretamente para o seu progresso. Nosso contentamento será tanto maior (ALBERTO, 2016, p. 64).

Sua atuação junto à ABE, estava intimamente ligada às suas aspirações de mudar as condições de vida da população brasileira, considerada à época como analfabeta, ignorante com relação à sua participação nas decisões políticas e econômicas do país. A educadora levou para os debates da Associação, suas reflexões sobre educação e saúde, regionalização do ensino, direito à participação das mulheres, o analfabetismo no Brasil, entre outros.

A Escola Regional de Meriti

A Escola Regional de Meriti, criada no ano de 1921, por Armanda Álvaro Alberto, com a ajuda financeira de seu irmão Álvaro Alberto da Mota e Silva, seu marido Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho, que a ajudaram a construir o projeto da escola, se constituiu no que seria a menina dos olhos da educadora, que dedicaria todos os esforços na caminhada de transformar a vida social e cultural da cidade de Duque de Caxias, por meio da educação.

Fortemente influenciada pelo pensamento de Maria Montessori, da Itália, de Dewey, norte-americano e de Pestalozzi, da Suíça, iniciou em Angra dos Reis no ano de 1919 seu projeto de escola, que denominou como tentativa pedagógica. Foi quando teve a oportunidade de ensinar para um grupo de crianças e adolescentes, filhos de pescadores, com idade entre 3 a 16 anos, organizando turmas homogêneas, separadas em um mesmo ambiente, de acordo com a faixa etária.

Aquela escola ao ar livre, à sombra dos bambus, cujo mobiliário constava de uma mesa, uma cadeira e esteiras pelo chão, onde as manhãs eram consagradas à distribuição de remédios, e muito material escolar improvisado ali mesmo, do que pudesse ser aproveitado – se foi a escola que iniciou alguns patriciozinhos nas coisas primordiais da vida, foi também a nossa própria escola a que preparou essa outra de Meriti, fundada menos de um ano depois de sua extinção (ALBERTO, 2016, p. 46).

O objetivo da Escola Proletária de Meriti, como originalmente foi chamada, era ser “uma escola moderna, regional, criada e mantida por iniciativa particular” (ALBERTO, 2016, p. 46) com feição de um lar-escola e fundamentada nos princípios de “Saúde, Alegria, Trabalho e Solidariedade”.

Segundo a própria Armanda, a escola começou sem nenhuma proposta escrita, com o intuito de ajudar a melhorar as condições de vida das pessoas que moravam em Meriti, pois em visita à cidade, percebeu a precariedade em que viviam, sem nenhuma infraestrutura básica, e estudiosa e preocupada com a população do interior, viu a oportunidade de colocar seus conhecimentos à disposição daquela gente considerada ignorante com relação a questões de saúde e educação.

Não tendo sob os olhos nenhum modelo a seguir, foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1921, sem um só programa escrito; tomou desde o começo, no entanto, a feição de um lar-escola, embora externato, com número limitado de alunos, a quem não se dão notas, prêmios ou castigos. A orientação geral apresentava-se resumida em quatro cartazes com os dizeres: Saúde, Alegria, Trabalho e Solidariedade (ALBERTO, 2016, p. 47).

Um museu escolar organizado com recursos trazidos pelos próprios alunos foi criado e, também, uma biblioteca cujo nome homenageou Euclides da Cunha, direcionada a alunos, professores e moradores de Meriti compunham os anexos da escola, havia também um receptor de rádio, doado por Roquette Pinto. Os professores eram orientados, por Francisco Venâncio e Coriolano Martins, a seguir os ensinamentos de Montessori e fazer registros diários sobre o desenvolvimento das crianças. “O primeiro programa escrito – isso era de esperar – foi o de higiene, para o 1º grau do curso (hábitos de saúde)” (ALBERTO, 2016, p. 47). As aulas previam entre atividades, os trabalhos manuais, seguindo uma característica de escola/laboratório, da escola idealizada por Dewey.

Uma das campanhas empreendidas pela equipe da escola, foi de saneamento básico, considerada por Armanda como a mais importante e tinha na figura do médico Belisário Pena seu maior expoente, tendo em vista sua dedicação na realização de conferências populares, com objetivo de esclarecer a população sobre os cuidados com a higiene e a saúde. As crianças e jovens, bem como a família, recebiam assistência médica, levando em consideração que Armanda, sob influência primeiramente

de seu pai e depois por ter se dedicado ao estudo sobre a situação da população que morava no interior, era simpatizante do movimento higienista promovido na Baixada Fluminense pelo doutor Belisário Penna e acreditava que sem saúde, não era possível haver aprendizagem.

As preocupações eram pertinentes, considerando que a comunidade de Meriti era muito pobre e doenças como malária, febre amarela eram comuns àquela época. O cenário da cidade era preocupante, com rios e canais destruídos, águas podres e estagnadas. Os três amigos Venâncio Filho, Edgar Sussekind e Armanda, investiram seus esforços para mudar o destino da população de Meriti, com educação, cultura, informação, projeto social e de saúde (LAZARONI, 2010, p. 368).

Seguindo esta perspectiva, inseriu em seu projeto de escola o cuidado com a saúde e a alimentação, sendo a Escola Regional de Meriti, a primeira escola no Brasil a servir merenda escolar a seus alunos. Esta atitude rendeu à escola o apelido, inicialmente pejorativo, de Mate com Angu, mas que foi incorporado pela comunidade, que ainda hoje enaltece as ações de Armanda em prol da cidade de Meriti, hoje Duque de Caxias, dando nome a cinema, festivais e documentários destinados a exaltar a memória desta educadora que tanto contribuiu para a região. Pode-se citar, também a iniciativa pioneira de criar o Círculo das Mães, “com programa especialmente traçado para aquelas mães, analfabetas em sua maioria; higiene, educação familiar e economia doméstica são as três partes do programa destinado a preparar a cooperação, que sonhamos, das famílias com a escola” (ALBERTO, 2010, p. 51).

A Escola Regional de Meriti foi a primeira da América Latina a funcionar em tempo integral, com orientação de métodos desenvolvidos por Maria Montessori e Pestalozzi, valorizando a criança por suas características e individualidades, buscando o seu desenvolvimento natural e potencialidades com respeito à liberdade de expressão e pensamento, sem empregar métodos tradicionais como notas e castigos. A experiência de Armanda Álvaro Alberto como educadora é resumida nas seguintes conclusões:

Oito anos de ação e meditação, sulcados de acertos e desacertos que, todos, redundam em alguma experiência, levam-nos às seguintes conclusões:

1o) Os métodos de educação – venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, da Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consentem a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a

criança a observar e experimentar, a descobrir e a fazer por si – são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia. Em nosso meio, poucos são os professores capazes de os empregar com segurança; faz-se necessário, portanto, antes de tentar a escola ativa, preparar os mestres para ela.

2o) A escola primária tem que ser regional, o que não impede de ser brasileira. Tanto melhor reagirá sobre o seu meio, quanto mais adaptada lhe estiver. Na roça é o único centro, muitas vezes, de vida intelectual; deve sentir as necessidades de progresso da sua região e tomar a si as iniciativas em benefício da comunidade a que pertencem os seus alunos.

3o) A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um Círculo de Mães que as prepare convenientemente.

4o) Sem a iniciativa particular, o Brasil não resolverá tão cedo o problema da educação do seu povo, simplesmente porque faltam à União e aos Estados os recursos financeiros suficientes. A Escola Regional de Meriti tem por máxima aspiração ser reproduzida em todo o país. Que os fazendeiros, os industriais, os capitalistas fundem escolas para os filhos dos seus colonos, sitiantes, operários, empregados. Peçam aos poderes públicos ou aos centros de educação, como a Associação Brasileira de Educação, os programas, mesmo as professoras, mediante entendimento com o governo. E aqueles que só dispõem de boa vontade fundem associações como a nossa – que o se ocupar da criança ainda é a mais humana das funções de nossa espécie (ALBERTO, 2016, p. 53).

No livro “A Escola Regional de Meriti: documentário 1921-1924”, organizado por Armanda e publicado pela Editora do INEP, edição de 2016, a educadora faz agradecimentos especiais a pessoas que contribuíram para a existência desta Escola: Francisco Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, Álvaro Alberto da Motta e Silva, Coriolano Martins, Belisário Penna, Heitor Lyra da Silva, Edgard Roquete Pinto, Corina Barreiros, Rosa Dufrayer de Oliveira, Maria da Luz Carvalho, Marina Motta Veiga, Octávio Ferreira Veiga, Bernardino Jorge, Maria T. da Motta e Silva, Ernesto de Otero, Ari Parreiras, Celso Kelly, Tácito de Moraes Rêgo, Flávio Lyra da Silva, Frederico Rêgo Neto, Luís Bustamante Castello, Brasilina Del Mugnaio, Custódio Pires d’Aquino, Humberto Freire de Carvalho, Martha Rossi, Albino Teixeira, Evelina Couto Bor-

ges, José Montes, Carlos Baptista dos Santos, Moyses Xavier de Araújo, Paschoal Lemme, Branca Perissé. Na atualidade, a escola funciona sob a jurisdição da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e já não mantém as mesmas características de ensino preconizadas por Armanda.

Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se mostrar aspectos da trajetória de Armanda Álvaro Alberto que historicamente têm sido silenciados, destacando sua contribuição ao pensamento educacional brasileiro, evidenciando o contexto das relações sociais, institucionais e intelectuais em que emergiu seu projeto de escola. Os aspectos aqui abordados evidenciam que esta mulher, intelectual, educadora, em seu espaço e tempo, exerceu papel social e politicamente relevante na história da educação brasileira e na história do país.

Os dados aqui apresentados contribuem para dar visibilidade à atuação desta educadora no campo educacional, demonstrando como utilizou de suas relações sociais e políticas para disseminar suas ideias sobre educação, saúde, ensino público, bem como identificar a origem de classe, o capital cultural, a formação intelectual, o campo da atuação desta profissional e sua influência política como signatária do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. O que fez de Armanda uma personalidade digna de reconhecimento, pelo que fez pela população pobre, pelas famílias de Duque de Caxias, pela valorização das mulheres no campo político e social. Dessa forma, fica uma contribuição para preencher a lacuna histórica sobre Armanda Álvaro Alberto e reconhecer seu legado para a educação brasileira.

ARMANDA ÁLVARO ALBERTO: A BRAZILIAN EDUCATOR AND FEMINIST - THE UNACCEPTABLE GAP OF HISTORY

Abstract: *this article presents the results of a research inserted in a broader project entitled Intellectual History of the Signatories of the Manifest of the New Education. It in order to covers some aspects of the history of the intellectual Armanda Álvaro Alberto, who signed the Manifest of the Pioneers of the New Education. The objective is to highlight her contribution to the brazilian educational thought, revealing the context social, institutional and intellectual relations, in in which emerged the her school project. We fundamant ourselves on linguistic contextualism as well as the propositions*

concerning the practices of intellectual history formulated by Vieira (2015). The results show that although she has enjoyed prestige and exercised influence on the history context of Brazilian education, this educator did not receive the deserved highlight from history.

Keywords: *History of intellectuals. Armanda Álvaro Alberto. Educational thought.*

Referências

- ALBERTO, A. A. (org.). *A Escola Regional de Meriti: documentário 1921-1964*. Brasília: Inep, CEPEMHEd, 2016, 209 p.
- AZEVEDO, Fernando *et al.* Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932: a reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. esp. ago. 2006, p.188-204.
- BRITO, M. H. de O. Memória da Educação em Anísio Teixeira. In: TIBALLI, E. F. A.; NEPOMUCENO, M. de A. (coord.). *Pensamento educacional brasileiro*. Goiânia: Editora UCG, 2006.
- GALVÃO, L. M. Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 13, p. 176-203, 2016.
- LAZARONI, D. *Mate com Angu: a história de Armanda Álvaro Alberto*. Rio de Janeiro: Edição Europa, 2010. 597 p.
- MARTINS, M. V. R. Bibliotecas públicas e escolares nos discursos de Cecília Meireles e Armanda Álvaro Alberto. *Revista Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 19, out./dez. 2014.
- MIGNOT, Ana C. V. *Armanda Álvaro Alberto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, 164 p. il. (Coleção Educadores).
- MIGNOT, Ana C. V. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74, n.178, p. 619-638, set./dez. 1993.
- MORAES, José Damiro. Armanda Álvaro Alberto: escola nova e repressão política nos anos de 1930. *Revista HISTEDBR online*, Campinas, n. 53, p. 183-195, 2013.
- VIEIRA, C. E. Intelectuais e educação. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v, 1, n. 1, p. 3-21, abr./jun. 2015.